

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS:

Uma perspectiva para o desenvolvimento sustentável no Amazonas

Elisene Lemes de Oliveira Santos¹

Geisiane Tavares Soares²

RESUMO: Numa breve revisão da literatura, o artigo apresenta reflexões acerca do imperativo do capital pelo discurso do desenvolvimento sustentável que se contrapõe a questão socioambiental. Impactos ambientais do Amazonas resultam da somatória de efeitos negativos da chamada questão ambiental, que extrapola a degradação dos recursos naturais e reflete expressões da questão social. Convencionou-se nesse estudo denominar o desenvolvimento sustentável de “cara verde do capital”. O ensaio aponta uma perspectiva de sustentabilidade no Amazonas, conferindo destaque ao uso do Arranjo Produto Local - APL, haja vista a diversidade social e a riqueza da biodiversidade e dos recursos minerais no Estado.

Palavras chave: Sustentabilidade, Questão socioambiental, Arranjo Produtivo Local.

ABSTRACT: A brief literature review, the article presents reflections on the imperative of capital by the discourse of sustainable development that contrasts social and environmental issues. Environmental impacts resulting from the sum of Amazonas negative effects of so-called environmental issue, extrapolates that the degradation of natural resources and reflects expressions of the social question. It was agreed that the study called the sustainable development of "green face of capital." Appointing a perspective of sustainability in the Amazon, an emphasis on use of the Arrangement Local Product - APL, given the social diversity and the richness of biodiversity and mineral resources in the State.

Keywords: Sustainability, environmental Issues, Local Productive Arrangement.

¹ Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. email: elisene.oliveira@gmail.com

² Administradora, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em serviço social e sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. email: geisiane_soares@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Os desastres ambientais em larga escala, desde a década dos anos 70, despertou o interesse mundial sobre a crise ambiental, que ameaça a sobrevivência da humanidade e a manutenção do sistema produtivo vigente, haja vista a limitação dos recursos naturais. Diante desse novo paradigma de crescimento da produção e das condições do planeta para prover o atual modelo de desenvolvimento, surgiu a proposta de “desenvolvimento sustentável”, como alternativa para a emergência e difusão de um novo padrão de acumulação e reestruturação produtiva, que sobre “a cara verde do capital” ditou novas regras mundiais, principalmente, para o controle dos países periféricos.

Os debates sobre o tema desenvolvimento sustentável foram incorporados nas agendas de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas – ONU e Banco Mundial, suscitando metas a serem cumpridas pelos países, em sua grande maioria, “subdesenvolvidos”, que por sua vez seguem à risca as imposições hegemônicas dos países do norte, sobre a veste do desenvolvimento sustentável, melhor dizendo, o manto verde que cobre a verdadeira face do capital.

As tentativas de acordos internacionais para o desenvolvimento sustentável, a exemplo da Agenda 21 reputada como o principal documento produzido no contexto da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – CNUMAD, estabelece diretrizes em prol do desenvolvimento sustentável para os governos nas suas diferentes escalas e indica a necessidade de envidar esforços no sentido de alterar a qualidade do processo de desenvolvimento em curso. O documento aponta para um novo ideário, o desenvolvimento sustentável. Cabe aqui o questionamento de Cavalcanti (2007): sustentabilidade de quê ou para quem, uma vez que esse ideário é fruto de colisão de forças sociais, econômicas e políticas de base hegemônica?

É necessário reconhecer que a ideia de sustentabilidade também tem sido apropriada por forças sociais progressistas e críticas, maximizando o seu potencial mobilizador, estendendo seu conteúdo para além da problemática socioambiental, ultrapassando a fronteira do ambiental e a forma reducionista de proteção aos ecossistemas naturais, atribuindo um caráter ampliado a essa ideia, ao incorporar novos eixos de sustentabilidade. Sustentabilidade social, política, econômica, cultural.

Nesse contexto, destacam-se no Brasil, as reflexões de Silva (2010), afirmando que não existe uma crise ambiental, e sim uma questão ambiental, reflexo da própria questão social, resultado do processo produtivo capitalista e das políticas públicas displicentes com os

aspectos sociais, ambientais e culturais. No recorte desse estudo, a reflexão está limitada sobre a América Latina, o Brasil e aprofundamento da discussão sobre alternativas de sustentabilidade na Amazônia.

Para tanto, o artigo foi estruturado em quatro partes. A primeira faz alusão ao imperativo do Capital pelo discurso do desenvolvimento sustentável; a segunda traz o discurso ideopolítico sobre o conceito de desenvolvimento sustentável; a terceira dispõe sobre Questão Ambiental e Questão Social no Brasil e a quarta aponta o Arranjo produtivo Local como uma nova perspectiva de sustentabilidade na Amazônia.

2 O IMPERATIVO DO CAPITAL NO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No contexto da relação produção e consumo as classes sociais mais pobres são afetadas negativamente pela imensa desigualdade crescente na mesma proporção em que se aumenta a riqueza mundial, o que é contraditório, uma vez que se pensava ser o crescimento econômico capaz de superar a pobreza. Ocorre que a produção de riqueza e o aumento da pobreza, passaram a se localizar em dois extremos, com uma larga distância entre ambos.

Os dois polos, marcados pela profunda desigualdade, tornaram-se tão intensas e ameaçadoras que o início da década de 2000, é marcado pelo reconhecimento mundial da desigualdade social e pela ação global encampada pela Organização das Nações Unidas - ONU, recomendando ações para a superação dos limites extremos entre o Norte e o Sul, entre a pobreza e a riqueza. Leonardi (1997) enfatiza que o subdesenvolvimento é produzido pela necessidade do desenvolvimento da forma como foi compreendido até a recente década de 1970. Há uma linha de autores defensores da tese de que a degradação dos recursos naturais relaciona-se com a pobreza. Nessa linha de pensamento, cabe uma reflexão sobre a relação entre os países desenvolvidos e os países pobres.

Contextualizando esses dois agentes, o primeiro, detém o maior poder econômico, político e tecnológico, com recursos naturais exauridos ou em fase crítica de degradação e o segundo, detentor de muita matéria prima, abundantes recursos naturais, aliados a baixo poder econômico, farta mão de obra, pouco poder político e reduzida capacidade tecnológica.

Os países da América Latina configuram-se desde a época de sua colonização, provedores de matéria prima e mão de obra, de baixo custo, incluindo o Brasil, que apesar de ocupar a 7ª posição dentre as maiores potências econômicas no ano de 2013, continua ocupando a 79ª posição no ranking mundial do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), ressaltando assim, as desigualdades sociais, e a progressiva degradação ambiental do país.

Nesses limites extremos, estão circunscritas as frágeis relações entre o modo de consumo e a utilização dos recursos naturais, renováveis ou não. Mediando, interferindo, ou regulando, se deparam os vários atores sociais, chamados a dar respostas para os problemas. Nessa análise, Godard (1997), enfatiza que o crescimento econômico na configuração pautada desde a revolução industrial, está comprometido.

No bojo desse conflito, emerge a preocupação com a utilização dos recursos naturais e nasce o discurso sobre a necessidade de se pensar um novo modelo de desenvolvimento. Tornam-se imperiosas medidas alternativas para assegurar a perpetuação da vida no planeta e garantir capacidade de produção numa economia mundial sob o risco de colapso.

3 DISCURSO IDEOPOLÍTICO SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A década de 1970 é marcada por profundas reflexões, que não foram capazes de suportar o peso das críticas tradicionais, ao mesmo tempo em que essas reflexões não foram suficientes para apresentar ao mundo, um modelo único de desenvolvimento. O novo modelo de desenvolvimento deveria traduzir o pensamento dos limites e das possibilidades do planeta Terra, atendendo aos mais variados níveis de necessidades humanas.

Das abordagens dadas ao tema, Bellen (2006), destaca três correntes de pensamento, com no mínimo 160 conceitos para desenvolvimento sustentável, o que evidencia a extensão das possibilidades e caminhos para se pensar um modelo de desenvolvimento, que atenda aos anseios e expectativas do Norte e do Sul, dos ricos e dos pobres.

Segundo Bellen (2006), a primeira corrente, cogita não existir relação entre crescimento econômico e degradação ambiental, sendo essa última resultado da ineficácia da distribuição da riqueza. Nessa vertente se encontram os economistas defensores da teoria do equilíbrio. Uma segunda corrente opta pela otimização dos recursos naturais, discorda das ações locais e focalizadas, totalmente contrária à reciclagem e adota a bioeconomia. A terceira corrente, a que mais avançou, é a defendida principalmente por Ignacy Sachs, em cujo conceito de ecodesenvolvimento se inscreve a participação direta da população, ações locais, políticas de mercado integradas com os interesses sociais e necessária mudança no modo de consumo, são elementos indissociáveis para que haja o desenvolvimento de forma sustentável.

Para recorte nesse estudo, adota-se a teoria da terceira corrente, que mais angaria espaço no âmbito das discussões políticas atuais.

Silva (2010) aborda que o cerne da questão ideológica está na diferenciação entre “desenvolvimento sustentável”, hegemonicamente propalado pelas forças do capital, e a “sustentabilidade ambiental e social”, enquanto imperativo ético e exigência para a superação do modo de produção capitalista, vertentes conceituais radicalmente opostas.

Dependendo da trilha ideológica seguida pelas grandes nações, cumprir-se-á o futuro da humanidade, pois, a ideologia de desenvolvimento imprime suas ações em nível global. Nesse aspecto, o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que predomina nos grandes encontros nacionais e internacionais, ainda é o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, descrito no Relatório Brundtland (1987), como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras, satisfazerem as suas próprias necessidades”.

Tal conceito não imprime limites à acumulação do sistema capitalista, apenas ameniza os impactos ambientais e sociais ocasionados pelo sistema. Outro conceito que contempla a “sustentabilidade” de forma mais abrangente e dinâmica, é o conceito de Ecodesenvolvimento apresentando por Ignacy Sachs (2002), que engloba a sustentabilidade em cinco dimensões: social, econômica, ecológica, geográfica e cultural. Dentre essas dimensões, Sachs (2002) indica um desenvolvimento social abrangente com oportunidade de trabalho decente e inclusivo, diminuindo as distâncias sociais abismais que separam as diferentes camadas da sociedade.

Contudo, Godard (1997), aponta para o desafio da gestão integrada dos recursos naturais, matéria prima limitada, haja vista, a divergência de interesses dos agentes sociais locais e internacionais. Deve-se discutir a mudança no sistema de produção, ações conjuntas devem ser adotadas como contribuição ao modelo de desenvolvimento onde as relações humanas, sociais e econômicas sejam, senão harmônicas, menos desiguais.

4 A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO CONTEXTO MUNDIAL

O embate sobre os critérios para a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável permanece em constante mutação e não registra posição definitiva, que possibilite alterar o atual sistema de produção. Logo, o capital continua, segundo Morin (2002), impondo a modernidade de maneira perversa, aos países periféricos e a reproduzir as contradições sociais e ambientais. Surge uma nova discussão no cenário mundial, a “questão ambiental”, conceituada por Silva (2010) como o conjunto das manifestações destrutivas da natureza, cujas

raízes encontram-se no desenvolvimento das relações de propriedade, e seus desdobramentos sociopolíticos.

Tais manifestações negativas resultam, principalmente, dos países capitalistas desenvolvidos, que esgotam suas reservas de matérias-primas e de energia, e por consequência subordinam as reservas de outros países, evidenciando as desigualdades entre campo e cidade, entre países do Norte e do Sul. Eriksson (1997) ressalta que “a sociedade não caberia o direito de apostar com o futuro da humanidade, tal como fez a geração industrial através do balanço nuclear, e do seu domínio nas trocas com o sistema natural, visto que os recursos naturais são finitos, se não forem gerenciados com precaução.

As alternativas mundiais em torno da redução do aquecimento global têm indicado para várias opções de tecnologias “limpas” renováveis. Destacando o uso da energia solar, eólica, maremotriz, da biomassa e do hidrogênio. Porém o uso em grande escala dessas tecnologias limpas conflita com os interesses do capital, que prima pelo uso de energia à base de combustível fósseis, biocombustível, que ainda necessitam do uso de recurso não renovável, como o petróleo, ou o desmatamento de áreas grandes para o plantio da cana-de-açúcar e outros similares, que empobrecem o solo e causa danos a biodiversidade.

O fato é que, a ciência já disponibilizou para a sociedade e para o mercado fontes de energia limpa e renovável, no entanto, o paradigma do capital impede a implementação dessas alternativas em larga escala, sobretudo pelo comprometimento do lucro e da hegemonia sobre as economias em desenvolvimento.

Os impactos sociais e ambientais à vista do capital, é simplesmente desconsiderado. O que se percebe na visão de Altieri (2013), é a nítida falência do modelo industrial de agricultura manual, substituída pelo “agrocombustível”, dada a acentuada dependência do petróleo para funcionar e por consequência, a elevação no preço do combustível é mais importante, que o crescente aumento no preço dos alimentos e o aprofundamento da pobreza.

Para o modo de produção vigente a questão ambiental se constitui em uma problemática a ser resolvida nos critérios do capital e somente quando a situação impede o seu avanço, é que este determina se um recurso natural está em situação de escassez, promovendo a substituição deste por outro que mantenha o preço do produto competitivo, e a economia ecológica, que se serve de explicações por economistas ambientais, apenas para justificar relações abusivas da indústria em relação à natureza. Logo, tanto a economia ambiental quanto a economia ecológica, segundo Lima (2004,p.121) proporciona vantagem econômica para os poluidores e o uso de recursos ou espaços públicos para contemplar interesses privados.

Além desses mecanismos, figurados na “cara verde do capital”, outros dispositivos são incutidos no mercado como a chamada responsabilidade ambiental, presente nos balanços sociais no qual, as empresas expõem em valores os investimentos para minimizar os impactos ambientais provenientes de suas atividades comerciais.

Os investimentos têm se mostrados ínfimos, quando comparados aos danos reais causados à natureza e à população que por vezes usufruem de recursos naturais como o consumo de água de lençóis freáticos, de qualidade duvidosa. Daí o questionamento: quanto vale uma fonte de água poluída, poderia os valores monetários reestabelecer na sua totalidade o bem natural contaminado, qual seria o custo real para as gerações futuras?

Silva (2010) aponta que a educação ambiental é uma ferramenta utilizada pelo capital para enfrentamento da questão ambiental, ancorada na ideia de “desenvolvimento sustentável”. Propaga uma nova relação ética entre sociedade e natureza, porém, não gera a consciência crítica para que a sociedade possa questionar o sistema de produção capitalista.

Isso não quer dizer que atitudes individuais como a reciclagem, reutilização e redução no consumo, mudanças tecnológicas e que a luta ambiental não são importantes. Entende-se que são positivas para a restauração e manutenção do planeta, porém, há necessidade de despertar a consciência crítica e atender ao chamado de alerta para as mudanças urgentes fundamentais para a existência da humanidade.

De acordo com Godard (1997), a gestão dos recursos naturais é de suma importância para relação natureza e sociedade, e deverá ser realizada assegurando as condições de reprodução do meio ambiente que incorpora um conjunto de recursos naturais que o homem utiliza na manutenção e reprodução social, cultural e física, sendo os problemas de ordem ambiental indissociáveis da questão social, assim, as tratativas para o desenvolvimento da humanidade deverão contemplar tanto os quesitos sociais, quanto ambientais.

4 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL UMA PERSPECTIVA DE SUSTENTABILIDADE PARA O AMAZONAS

A teoria de Cavalcanti (2009) a busca pela sustentabilidade resume-se à questão de se atingir harmonia entre seres humanos e a natureza, ou de conseguir uma sintonia com o “relógio da natureza”. Nesse sentido, o caso dos índios da Amazônia oferece um caminho para a sustentabilidade. Utilizam os recursos naturais de maneira sábia. Retiram da natureza

somente o que de fato necessitam. Respeitam e conservam os recursos a sua volta, pois, entendem a relação de dependência que possuem com a natureza.

Nesse contexto, Sachs (2002) salienta que a solução o problema da humanidade não é retroceder aos modos ancestrais de vida, mas transformar o conhecimento dos povos, dos ecossistemas, decodificar e recodificar pelas etnociências, como um ponto de partida para a invenção de uma moderna civilização. O objetivo do desenvolvimento deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento.

Nas algumas décadas a economia do Amazonas girou em torno da Zona Franca de Manaus, criada 1967, a princípio com o intuito de substituição de importações de bens finais e formação de mercado interno. Atualmente, as empresas do Polo Industrial de Manaus - PIM representam a maior fonte de empregos na região, porém, com baixos salários.

Segundo Scherer (2009) as expressões da questão social sociais na cidade de Manaus, estão visíveis principalmente, na precarização do trabalho e pela crescente informalização da economia. Percebe-se a necessidade de diversificar os empreendimentos econômicos, e garantir à população maior autonomia econômica e social de forma a promover o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o desenvolvimento nos critérios de sustentabilidade para o Amazonas é vislumbrado, entre outras possíveis alternativas, pela perspectiva das Políticas Públicas para Arranjos Produtivos Locais, que surgiu no Brasil no final dos anos 1990. A abordagem de Arranjos Produtivos Locais (APLs)³ teve difusão rápida no país, substituindo termos afins nas agendas políticas. Desde então, os esforços realizados para o seu entendimento e promoção tem constituído um intenso processo de aprendizado e incorporação de conhecimentos.

O conceito de Arranjo Produtivo Local mais difundido no Brasil é da Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (Redesist), que o define como aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva. Mantêm vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

³ “O conceito de APL é oriundo de distritos Industriais Marshallianos na Inglaterra no início do século XIX, posteriormente revitalizado na Itália, “denominado “villagio produttivo Sachs (2003)”. Outra denominação similar são os **Clusters**, que segundo Porter (1998) são agrupamentos em uma região com sucesso extraordinário em determinado setor de atividade econômica.

O apoio aos Arranjos Produtivos Locais é fruto de uma nova percepção de políticas públicas de desenvolvimento, em que a vocação da economia local passa a ser vista como um eixo orientador de promoção econômica e social. Seu objetivo é orientar e coordenar os esforços governamentais na indução do desenvolvimento local, buscando em consonância com as diretrizes estratégicas do governo, a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações.

Com a finalidade de atingir esse objetivo o Governo pulverizou o conhecimento sobre Arranjo Produtivo Local, através da visão de “APL’s como Estratégia de Desenvolvimento”, ancorada em cinco Eixos Estruturantes: Crédito e Financiamento, a fim de suportar o processo de especialização produtiva localizada; Governança e Cooperação, para consolidar as relações inter-firmas; Tecnologia e Inovação, para promoção da capacidade tecnológica endógena; Formação e Capacitação, na construção de capital humano diferenciado nos APLs, e o Acesso aos Mercados Nacional e Internacional, para sustentabilidade do arranjo produtivo.

A base do sucesso dessa tecnologia para o desenvolvimento social e econômico é a educação. Nesse sentido Eriksson (1997) afirma que educação ampla que permita participação nas decisões, responsabilidade e coerência social, são peças fundamentais para a transição para uma sociedade sustentável. Faz-se necessário gerar conteúdo dinâmico para ajudar a suprir a falta de dados e indicadores extraídos a partir de experiências específicas, que demonstre em detalhes as dificuldades e as oportunidades apresentadas pelos diferentes Arranjos Produtivos Locais desenvolvidos na Amazônia, seja no manejo florestal, pesqueiro, fitoterápicos, cerâmico, entre tantos outros.

5 NOTA CONCLUSIVA

Do arcabouço teórico que versa sobre o tema “desenvolvimento sustentável” e a questão ambiental, ressalta-se a necessidade da reflexão ideológica sobre o atual sistema produtivo, que se depara com as contradições ambientais e sociais, no bojo de sua reprodução. Resta analisar se o modelo hegemônico de desenvolvimento sustentável repleto de ferramentas estratégicas, a exemplo da educação ambiental, de fato é capaz de guiar os passos da humanidade para um futuro sustentável, ou se é apenas mais uma forma de sobreposição do capital.

Em contrapartida, o ideário da sustentabilidade ambiental e social, aponta outra direção para superação da questão ambiental e social. Vertentes opostas, que atribuem à consciência

crítica da humanidade as mudanças necessárias a se fazer, dentre as quais podem ser destacadas a necessidade de políticas públicas voltadas para o sistema produtivo condizente com a capacidade reprodutiva dos recursos naturais, renováveis ou não; a gestão participativa da sociedade nas decisões públicas sobre projetos de efetivo impactos ambientais e sociais; aprimorar a aplicabilidade das inovações científicas e tecnológicas para a melhoria da qualidade de vida no planeta, visando o interesse coletivo e não somente o individual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTIERI, M. A falência de um modelo: sistema alimentar na era pós-petroleira”. Agência Carta Maior Disponível em:< <http://www.cartamaior.com.br/templates/index.cfm>>. acesso em 11 Ago.2013.
- BELLEN, Hans Michael van. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro. FGV, 2006.
- CAVALCANTI, Clóvis (org). Desenvolvimento e a Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo. Cortez, 2009, 5ª Edição.
- GODARD, O. A Gestão Integrada dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente: conceitos, Instituições e desafios de legitimidade. In: VIEIRA, P.F e WEBER, J. Gestão de recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997.
- ERIKSSON, Karl-Erik. Ciência para o desenvolvimento sustentável. In: Clóvis Cavalcanti (Org.) Meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas - São Paulo: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- LAKATOS, EVA MARIA e MARCONI, MARIA de A., Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Ed. Atlas,1991, 3ª edição
- LEONARDI, Maria Lucia Azevedo. A sociedade Global e a Questao Ambiental. In: Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. CAVALCANTI, C. (org.). São Paulo, Cortez, 1995.
- LIMA, J.E.S. Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais. Ver. FAE. Curitiba, v.7, n.1,p.119-127,jan./jun.2004.
- SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamod, 2002
- SILVA, Maria das Graças e. Questão Ambiental e Desenvolvimento sustentável: Um desafio ético-político ao Serviço social. São Paulo. Cortez,2010.
- SHERER, Elenise. Condições de vida na cidade de Manaus: o avesso do progresso. IN: SHERER, Elenise (Org.). Questão social na Amazônia. Manaus: EDUA, 2009.
- MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. Terra-Pátria. Traduzido do francês por Paulo Azevedo Neves da Silva – Porto Alegre: Sulina. 2002.